

**MPE DO RS APENAS
ANEXA
REPRESENTAÇÃO DA
AUTORA**

Data da representação de Luciana

Genro: 28 de abril de 2015

Caso Luciana Genro



PR.00001.00718/2015-2

Ministério Público do RS - 04/05/2015 17:34:16

Para consultar pela internet acesse: <http://www.mprs.mp.br>

Exmo. Sr.

Eduardo de Lima Veiga

Procurador Geral de Justiça

Na qualidade de Funcionária Pública em Cargo de Confiança na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, venho representar em face do senhor Políbio Braga, auto intitulado jornalista, responsável pelo Blog polibiobraga.blogspot.com, pelos crimes de injúria, calúnia e difamação em função das matérias veiculadas no referido veículo e anexadas a esta representação.

O senhor Políbio Braga vem publicando reiteradas matérias em seu blog com o intuito de me caluniar e difamar, insistindo em disseminar a ideia de que eu não trabalho regularmente.

Na "notícia" publicada no dia 20 de abril, o senhor Políbio diz que "a funcionária da Assembleia Legislativa do RS, CC de R\$ 16 mil por mês, **resolveu fazer feriadão por conta própria**", (grifo meu) o que é falso pois não fiz "feriadão", tendo inclusive comparecido na Assembleia Legislativa neste dia, muito embora pelas atribuições que tenho, minhas atividades não se restrinjam ao espaço da Assembleia Legislativa.

Neste mesmo dia, não satisfeito, o senhor Políbio publica uma matéria intitulada "ESTA CC DA ASSEMBLEIA FOI PERSEGUIDA TODOS OS DIAS PELA RBS. ACABOU CONDENADA. A RBS NADA DIZ, AGORA, SOBRE LUCIANA GENRO." De forma irresponsável e mentirosa o "jornalista" coloca meu nome associado ao da servidora Lidia Rosa Schons, cuja rotina, ele relata, foi observada pela ZH durante 15 dias, dos quais 13 ela teria trabalhado apenas pela manhã, tendo sido inclusive condenada pela Justiça a devolver valores recebidos indevidamente. A foto da servidora passeando com o cachorro, na matéria publicada, vem logo abaixo do meu nome, com título e foto associando a minha conduta à desta senhora, afirmando que recebo R\$ 16 mil para trabalhar, "**o que pouco faz**" (grifo meu).

Na "notícia" publicada no dia 23 de abril, o senhor Políbio envolve a minha família nas suas diatribes caluniosas, publicando até mesmo uma foto do meu filho, Fernando Genro Robaina e do pai dele, Roberto Robaina,

15

assacando também contra este último acusações caluniosas. Nesta matéria a alegação caluniosa é de que “Na família Genro, a servidora de cargo de confiança da Assembleia, Luciana Genro, não é a única que recebe polpidos salários dos cofres públicos abastecidos por pobres e ricos, **sem trabalhar de modo regular** (grifo meu)”. Tal afirmação é absolutamente desprovida de verdade, constituindo-se numa calúnia que atinge a minha honra enquanto trabalhadora e militante política.

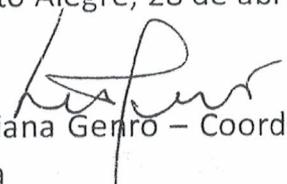
Na “notícia” do dia 24 de abril, o senhor Políbio afirma então que eu fui trabalhar, o que teria sido **“uma surpresa para quem ainda não conhecia a colega”** (grifo meu), insistindo portanto na tese de que eu não compareço na Assembleia Legislativa e que não trabalho regularmente.

As quatro matérias publicadas em seu blog denotam uma clara intenção persecutória, configurando difamação e calúnia a respeito do meu comportamento e que podem ser facilmente desmentidas por uma averiguação mínima na minha rotina de trabalho, dentro e fora da Assembleia Legislativa. Desde o dia 1 de fevereiro de 2015, quando assumi o cargo de coordenadora da bancada do PSOL na Assembleia Legislativa, tenho comparecido regularmente a esta Casa, bem como desempenhado tarefas em representação da bancada do PSOL em reuniões e eventos realizados à noite, em finais de semana e em feriados, muito além do horário regular de funcionamento da Assembleia. Não posso, portanto, aceitar que tais atos de injúria, calúnia e difamação sigam sendo perpetrados impunemente.
✓ REPRESENTAÇÃO

De acordo com o Artigo 145 Parágrafo único do Código Penal, combinado com o artigo 141 Inciso II do mesmo Código, procede-se mediante representação do ofendido nos casos de crime contra a honra cometidos contra funcionários públicos em razão de suas funções. É o caso, como V.Excia. poderá concluir ao ler as matérias anexas.

Sem mais, reitero minha estima e consideração e aguardo as providências cabíveis.

Porto Alegre, 28 de abril de 2015.


Luciana Genro – Coordenadora da Bancada do PSOL na Assembleia Legislativa

LUCIANA GENRO FAZ GAZETA EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE E VAI ÀS COMPRAS EM SUPERMERCADO DA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE

Postado por Polibio Braga on 4/20/2015 04:50:00 PM com 17 comentários



A foto ao lado é mera ilustração.

Jogging e tênis de grife, a funcionária da Assembleia Legislativa do RS, CC de R\$ 16 mil por mês, resolveu fazer feriadão por conta própria e neste momento faz compras no mais completo templo de consumo da avenida Otto Niemeyer, zona sul de Porto Alegre, onde mora.

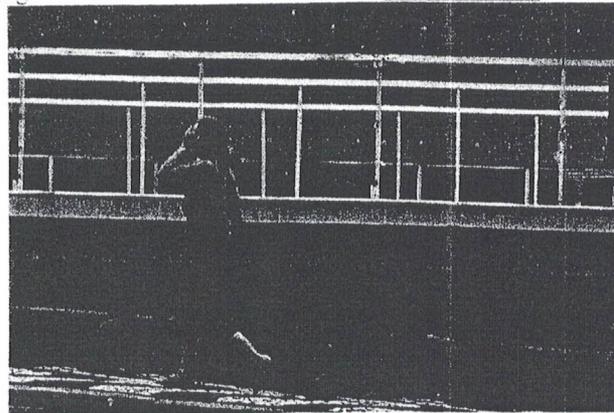
Nesta segunda-feira, os colegas de Luciana Genro trabalharam normalmente na Assembleia.

Livre, leve e solta, sem ponto a incomodar sua paciência, encheu seu carrinho de mercadorias para ir ao caixa.

Ao contrário do juiz Sérgio Moura, ninguém saudou-a pelos alto-falantes do supermercado.

ESTA CC DA ASSEMBLÉIA FOI PERSEGUIDA TODOS OS DIAS PELA RBS. ACABOU CONDENADA. A RBS NADA DIZ, AGORA, SOBRE LUCIANA GENRO.

Postado por Polibio Braga on 4/20/2015 04:58:00 PM com 25 comentários



A RBS moveu forte campanha contra servidores que costumavam fazer gazeta na Assembleia Legislativa do RS em 2012. A CC ao lado, R\$ 24,3 mil por mês, Lidia Schons, foi flagrada conduzindo o seu cão de estimação em plena calçada do Palácio Farroupilha, quando deveria estar trabalhando. A mesma RBS.

A D N 7

agora, não se preocupa com outra servidora, Luciana Genro, que faz compras em supermercado (esta tarde, 16h30min) e viaja por todo o Brasil em campanha política, embora ganhe R\$ 16 mil para trabalhar, o que pouco faz.

Leia a denúncia de Zero Hora na época (o jornal monitorou Lídia durante 15 dias). Ela foi condenada a devolver dinheiro que recebeu sem trabalhar e foi obrigada a se aposentar para não ser demitida. Leia:

Uma instituição que gasta R\$ 170 milhões por ano para pagar 1,5 mil funcionários e tem no seu rol de atribuições a de fiscalizar os demais poderes do Estado, não consegue atestar se cada um de seus servidores exerce a jornada de trabalho prevista em lei. A histórica resistência do parlamento em aperfeiçoar o seu sistema de controle acaba abrindo brechas para o surgimento de distorções.

O Legislativo gaúcho não utiliza cartão-ponto nem exige dos deputados relatórios sobre o que fazem os funcionários que são pagos para atuar fora da sede. Basta apenas a assinatura do chefe ou de um colega para comprovar se alguém cumpriu ou não expediente.

Nesta reportagem, Zero Hora expõe o caso de uma servidora da Assembleia que costuma trabalhar apenas pela manhã, ganha salário bruto de R\$ 24,3 mil — acima do teto de R\$ 24,1 mil da Casa — e afirma ter autorização para "sair mais cedo". De todos gestores que poderiam ser responsáveis pela ausência dela, nenhum confirma ter autorizado a jornada reduzida.

Lídia Rosa Schons, 54 anos, deveria trabalhar oito horas por dia no gabinete do deputado Paulo Azeredo (PDT), onde atua como recepcionista, atendendo a telefonemas e organizando agendas. Em 15 tardes entre março e maio, ZH observou a rotina dela. De 15 dias de levantamento, em 13 ela só cumpriu expediente pela manhã. Segundo a Assembleia, sete desses 13 dias estão dentro de um período de férias que a funcionária tirou. Lídia disse a ZH que tirou os 30 dias apenas "no papel"

Nas horas em que deixou de estar no trabalho, enquanto ainda morava em um apartamento alugado a 280 passos do parlamento, Lídia dividiu o tempo entre passeios nas imediações da Praça da Matriz com Bob, seu cachorro, e a realização de compras no comércio da região.

Servidora do parlamento há 33 anos, ela é um retrato não só de distorções criadas a partir do descontrole como da ausência de critérios objetivos para a distribuição de funções gratificadas (FGs) ou de cargos em comissão (CCs). Lídia ingressou na Casa em 1979, como servente, pelo regime de CLT. Adquiriu estabilidade, passando a ter os mesmos direitos de um servidor do quadro. Trabalhava fazendo xerox no setor de imprensa e, depois, construiu carreira como recepcionista, segundo ela mesma conta a ZH.

Com Ensino Fundamental completo, tem salário básico de R\$ 3.028,91, engordado por quatro FGs já incorporadas e por uma função gratificada atual de R\$ 10.491,12, de mesmo valor destinado a cargos de diretoria e de presidência de comissão, por exemplo. A escolha que a levou a receber essa FG, a terceira maior do parlamento, tem base em critérios "subjetivos, políticos", segundo explica a Assembleia. Isso porque a função foi destinada a ela por decisão da área parlamentar e não da administração da Casa. Hoje, com todos os benefícios, o pagamento bruto de Lídia ultrapassa o teto pago pelo parlamento. O excedente é descontado.

Casos como o de Lídia embasam, por exemplo, uma queixa histórica de funcionários concursados, titulares de formação e qualificação em áreas diversas: a de serem preteridos no acesso a cargos com salários mais altos em razão das preferências políticas que ditam a distribuição, especialmente, de funções

gratificadas. A situação de Lídia também mostra que não há critério técnico para substituições. Em pelo menos duas oportunidades ela trabalhou no lugar de colegas com formação superior que se afastaram em licença-prêmio.

A administração da Casa se exime de responsabilidade por qualquer irregularidade no caso. Segundo o superintendente-geral, Fabiano Geremia, Lídia está cedida à área parlamentar e quem deve explicações é o deputado que atestou a efetividade da funcionária.

Começa então outro capítulo de uma história recorrente na Assembleia: a transferência de responsabilidades.

Postal admite adoção de cartão-ponto

Em março, quando a Polícia Federal indiciou 11 pessoas por suspeita de terem recebido da Assembleia sem trabalhar, o presidente da Casa, deputado Alexandre Postal (PMDB), admitiu não ter condições de garantir que não existissem mais funcionários fantasmas no parlamento.

Na ocasião, disse que receber salário sem ir ao trabalho era "um tapa na cara do cidadão" instalou novo sistema de câmeras e aumentou a lista de pessoas responsáveis por atestar a efetividade dos funcionários. O objetivo era coibir casos como o de Lídia, em que o deputado que declarou o trabalho sequer conhece a servidora.

— Com as medidas que adotamos, já houve avanços. Gente que nunca aparecia começou a aparecer. Mas com essa nova denúncia, o processo natural deve ser a Assembleia adotar o cartão-ponto — afirma Postal.

CONHEÇA O APETITE INSACIÁVEL DOS GENRO, LUCIANA E ROBAINA.

Postado por Políbio Braga on 4/23/2015 01:55:00 PM com 32 comentários



Família psóllica feliz. O do meio é filho de ambos.

Na família Genro, a servidora de cargo de confiança da Assembleia (R\$ 16 mil mensais), Luciana Genro, não é a única que recebe polpudos salários dos cofres públicos abastecidos por pobres e ricos, sem trabalhar de modo regular, porque também seu ex-marido, Roberto Robaina, frequenta outra apetitosa lista de CCs, mas, esta, da Câmara de Vereadores.

129

Ambos são dirigentes do PSOL, cuja defesa do comunismo e da moralidade pública é conhecida dentro e fora de Porto Alegre.

O apetite de ambos pelos cofres públicos é insaciável.

Basta uma simples consulta no site transparência da Câmara Municipal da nossa Capital. <http://transparencia.camarapoa.rs.gov.br/>, para constatar que o ilustre servidor encontra-se lotado desde 2009 em um cargo de nível superior da bancada do PSO no legislativo municipal. O único problema nisso tudo, é que ninguém que trabalhe na Assembléia e na Câmara, nunca viram Luciana e Robaina por lá, nem sequer passeando ou almoçando nas dependências daquelas Casas Legislativas.

LUCIANA GENRO FOI TRABALHAR HOJE NA ASSEMBLÉIA DO RS

Postado por Polibio Braga on 4/24/2015 02:10:00 PM com 20 comentários



A servidora da Assembléia Legislativa do RS (R\$ 16 mil mensais), Luciana Genro, ex-deputada federal e ex-candidata a presidente, foi vista hoje no Palácio Farroupilha, Porto Alegre.

Estava trabalhando.

Em dia de muita gazeta na Assembléia, já que sessões plenárias e reuniões de comissões não costumam acontecer às sextas-feiras e os deputados viajam para suas bases.

Foi uma surpresa para quem ainda não conhecia a colega.